



**CABO DE SANTO AGOSTINHO**

**FACHUCA**

**RESOLUÇÃO T.C. Nº 01/2014**

**ITEM**

**11**

**Exercício de 2013**

# Faculdade de Ciências Humanas do Cabo de Santo Agostinho

PE - Pernambuco



Página: 1  
ANEXO DA LEI Nº 4.320/64  
Período: Janeiro a Dezembro/2013

Anexo 16 - Demonstração da Dívida Fundada Interna e Externa							
Autorizações			Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício
Leis (Nº e Data)	Nº Contrato	Qtde.			Valor da Emissão (R\$)	Inscrição	
OPERACIONES DE CRÉDITO INTERNA							



## Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento para com o FGTS

Por este instrumento, e na melhor forma de direito, o empregador **AUTARQUIA EDUCACIONAL PARA O DESENV CULTURAL DO CABO**, inscrição 11.690.351/0002-79, com Lei de Criação nº 1220/79 aprovada e sancionada em 20/04/1979, estabelecida na RUA DO CAMPO, S/N, D.C.P.V., CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE - CEP: 54510 - 110, representado pela Diretora a Sra. **TEREZA DE JESUS SALES LIRA E SILVA**, Brasileira, Casada, Professora, Identidade nº 4.626.614 SSP/PE, CPF: 869.996.054-91, residente Rua Prof. Raquel de Moraes, 29 Santo Inácio - Cabo/PE - CEP 54.515-440, e Tesoureira a Sra. **KATIA MARIA DE SOUZA**, Servidora Pública, Brasileira, Casada, Identidade nº 4945669 SSP/PE, CPF: 990.306.324-53, residente Rua Antonio Cardoso da Fonte, 280 - Apto 201 - Imbiribeira - CEP 51.170-620, de um lado, daqui por diante denominado simplesmente **DEVEDOR** e, de outro, a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, empresa pública unipessoal criada pelo DL nº 759/69, alterado pelo DL nº 1259/73, regendo-se por seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.473, de 05 de junho de 2008, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, com sede em Brasília-DF, no papel de Agente Operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, nos termos da Lei 8036/90, de 11 de maio de 1990, neste ato representada por **Gerente da Agência CABO/PE**, Sr. **JEFFERSON DOUGLAS ALBUQUERQUE DA SILVA**, Identidade nº 7139611 - SDS/PE - e CPF nº 064.401.074-61, conforme procuração lavrada no 3º Tabelionato de Notas de Recife, traslado 1º, no livro nº 0897, páginas 108/108v, em 27/02/2013 e subestabelecimento de Procuração do Sr. **PAULO CORRÊA NERY DA FONSECA**, lavrada no 2º Tabelião de Notas e Protesto, Brasília/DF, no livro 2895, fls. 069/070, doravante designada **CAIXA**, tem justo e acordado parcelar débito existente em nome do **DEVEDOR** para com o FGTS, nos termos da Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 615/2009, de 15 de dezembro de 2009, DOU de 18 de dezembro de 2009, e da Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 587, de 19 de dezembro de 2008, e Circular CAIXA nº. 508, de 18 de março de 2010, regendo-se o Acordo de Parcelamento pelas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - O **DEVEDOR** reconhece que deve o valor de **R\$ 753.083,14** (Setecentos e Cinquenta e Três Mil Oitenta e Três Reais e Quatorze Centavos) relativo às contribuições ao FGTS de que trata a Lei nº 8.036 de 11/05/1990, atualizado até 30/12/2013, que contempla as Inscrições em Dívida Ativa de nºs **FGTSPE9600228**, ajuizada; **FGPE200700476**, Processo nº 21020080005736; **FGPE201000512**, Processo nº 3841632010817, já de seu conhecimento e plena concordância, a ser amortizado em **180** (Cento e oitenta) parcelas mensais e sucessivas.

**Parágrafo Primeiro** - A confissão de dívida abrigada neste instrumento é irretroatável e não implica novação ou transação e vigorará imediatamente, ressalvados os privilégios assegurados para cobrança da Dívida Ativa, nos termos do Art. 2º da Lei nº. 8.844, de 20 de janeiro de 1994.

**Parágrafo Segundo** - O **DEVEDOR** reconhece que este instrumento constitui-se, para fins de cobrança administrativa ou judicial, em título de dívida líquida e certa.

**Parágrafo Terceiro** - O **DEVEDOR** reconhece que na existência de trabalhadores com direito à taxa progressiva de juros os valores, para quitação do débito em relação a esses, deverão ser atualizados com base em Edital específico, mensalmente publicado pela **CAIXA**, para adequar a atualização à taxa devida, na forma da lei, mesmo quando para fins desta contratação, esses valores tenham sido atualizados à taxa de juros remuneratórios de 3% a.a., utilização da qual o **DEVEDOR** se declara ciente.

**Parágrafo Quarto** - O acréscimo calculado, conforme Parágrafo Terceiro desta Cláusula, e recolhido em função da progressividade de taxa de juros devida ao trabalhador, representa a regularização da conseqüente diferença de atualização do saldo do débito, que, desde já, o **DEVEDOR** reconhece como líquido e certo.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O **DEVEDOR** expressamente renuncia a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida, reconhecendo, confessando e assumindo-a como exata.

**Parágrafo Primeiro** - O **DEVEDOR** reconhece e admite o direito da **CAIXA** de, a qualquer tempo, apurar e ou registrar a existência de outros valores não abrigados neste instrumento, inclusive os decorrentes de ato de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

**Parágrafo Segundo** - O **DEVEDOR**, fica obrigado a assinar Termo Aditivo, no prazo de 30 dias contados da comunicação da **CAIXA**, para inclusão dos valores apurados pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE a maior em relação aos valores das obrigações vencidas até esta data e ora parcelados.

**Parágrafo Terceiro** - O **DEVEDOR**, durante a vigência do acordo, poderá apresentar documentos na forma da Lei 8.036/90 e de Circular da **CAIXA** que trata dos procedimentos para recolhimentos mensais ao FGTS e das Contribuições Sociais, que comprovem o pagamento, total ou parcial do débito objeto deste instrumento, que, após analisados pela **CAIXA**, poderão ter seus respectivos valores deduzidos do saldo devedor, oportunidade em que poderá ser necessária a alteração do cronograma deste instrumento, com o recálculo da quantidade de parcelas, considerando o valor de parcela inicialmente acordado, mediante termo aditivo.

**Parágrafo Quarto** - A análise da **CAIXA**, de que trata o Parágrafo Terceiro desta Cláusula, irá considerar os procedimentos e informações prestadas pelo **DEVEDOR** para fins de consolidação dos débitos inseridos neste acordo, para constatar que não há indício de prática de omissão de informações ou declaração incorretas, a fim de alterar a verdade sobre o fato juridicamente correto.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O débito será saldado seguindo o cronograma de pagamentos que integra esse instrumento, que contempla data de primeiro e último vencimentos, valor base de cada parcela e prioriza, na composição das parcelas, os valores devidos aos trabalhadores, alcançando, primeiramente os débitos inscritos em Dívida Ativa já ajuizados, seguidos pelos inscritos em Dívida Ativa e por último aqueles ainda não inscritos em Dívida Ativa, com o qual o **DEVEDOR** integralmente concorda.

**Parágrafo Primeiro** - O valor base de cada parcela será o valor do débito atualizado para a data de assinatura deste acordo, dividido pelo número de parcelas acordadas.

**Parágrafo Segundo** - O débito atualizado é composto de depósito, atualização monetária, juros de mora e multa, em conformidade com o estabelecido na Lei nº 8.036/90.

**Parágrafo Terceiro** - Os débitos que comporão as parcelas, na oportunidade dos correspondentes pagamentos serão atualizados conforme previsto na Lei nº 8.036/90.

**Parágrafo Quarto** - A parcela será composta de tantas competências, inteiras e/ou fracionadas, quantas forem necessárias para perfazer o seu valor total.

**Parágrafo Quinto** - Sobre o valor do débito de que trata o Parágrafo Segundo desta Cláusula, incidirão os encargos previstos na Lei nº 8.844/94, para os débitos inscritos em Dívida Ativa pela PFN, e/ou os honorários advocatícios, para os débitos inscritos pelo extinto BNH.

**CLÁUSULA QUARTA** - Para o pagamento das parcelas o DEVEDOR priorizará aqueles valores devidos aos trabalhadores, para os quais é possível realizar o recolhimento individualizado.

**CLÁUSULA QUINTA** - Caso seja apurado, a qualquer tempo, crédito do DEVEDOR junto ao FGTS, este será utilizado para quitação de prestações vencidas e/ou vincendas.

**Parágrafo Único** - Em decorrência, a CAIXA fica, desde já, autorizada a proceder ao encontro de contas mencionado nesta cláusula.

**CLÁUSULA SEXTA** - O recolhimento da primeira prestação deve ser efetuado em 30 dias, contados da data do acordo.

**Parágrafo Primeiro** - O recolhimento das demais prestações deste acordo deve ocorrer no mesmo dia da sua assinatura, nos meses subsequentes.

**Parágrafo Segundo** - Coincidindo a data do vencimento com dia não útil, o recolhimento deve ser satisfeito até o último dia útil anterior.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - Cabe ao DEVEDOR solicitar à CAIXA, com pelo menos 5 dias de antecedência do vencimento de cada parcela, as informações referentes à identificação das competências e dos valores que a compõem.

**CLÁUSULA OITAVA** - Cabe ao DEVEDOR efetuar o pagamento dos valores devidos aos trabalhadores até a liquidação total desses, mediante guia gerada pelo SEFIP - Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social, conforme Circular CAIXA que trata dos procedimentos para recolhimentos mensais ao FGTS e das Contribuições Sociais.

**Parágrafo Primeiro** - Cabe ao DEVEDOR que declarou na SPD que não tem condições para individualizar os valores objeto do parcelamento, mediante a apresentação da autorização da CAIXA para realizar o recolhimento a individualizar, solicitar a emissão da respectiva GRDE - Guia de Recolhimento de Débitos, com pelo menos 5 dias de antecedência do vencimento de cada parcela.

**Parágrafo Segundo** - Cabe ao DEVEDOR apresentar à CAIXA as informações para a individualização daqueles trabalhadores que comparecerem em virtude do Edital de Convocação.

**Parágrafo Terceiro** - Cabe ao DEVEDOR que não tiver apresentado na solicitação do parcelamento os dados cadastrais do trabalhador, no caso de débito de contribuições FGTS rescisórias, informá-los em até 15 dias antes do vencimento das parcelas e solicitar à CAIXA a emissão da respectiva GRDE - Guia de Recolhimento de Débitos.

**Parágrafo Quarto** - Para o pagamento dos valores relativos às diferenças decorrentes dos acréscimos legais, destinados exclusivamente ao FGTS, o DEVEDOR deve solicitar à CAIXA a emissão da respectiva GRDE - Guia de Recolhimento de Débitos, com pelo menos 5 dias de antecedência do vencimento de cada parcela.

**CLÁUSULA NONA** - Nas hipóteses em que o trabalhador fizer jus à utilização de valores de sua conta vinculada durante o período de vigência deste acordo de parcelamento, o DEVEDOR deverá antecipar os recolhimentos dos valores devidos a esse trabalhador de forma individualizada.

**Parágrafo Primeiro** - Os valores antecipados serão totalmente deduzidos das parcelas seguintes à última parcela liquidada, conforme o cronograma de que trata a Cláusula Terceira.

**Parágrafo Segundo** - A antecipação de valores deverá ser efetuada na forma da Cláusula Sétima deste acordo.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - Em caso de rescisão de contrato de trabalho de trabalhador não-optante contemplado neste acordo, o DEVEDOR poderá recolher apenas os valores de juros de mora e multa nas competências anteriores a 10/1988, desde que comprovado esse direito pelo empregador.

**Parágrafo Único** - Os recolhimentos devem ser efetuados por meio de GRDE, emitida pela CAIXA, que deduzirão as parcelas seguintes à última liquidada, conforme o cronograma de que trata a Cláusula Terceira.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - O não recolhimento de 3 parcelas deste acordo e/ou de 3 contribuições mensais vencidas após a formalização deste Termo, consecutivas ou não caracteriza, de pleno direito, motivo para rescisão deste acordo, a qualquer tempo, sem comunicação prévia ao empregador e enseja os procedimentos de inscrição do débito em Dívida Ativa e de Execução Fiscal.

**Parágrafo Primeiro** - Na ocorrência de recolhimento dos valores parcelados sem individualização, quando houver sido declarada a condição de recolher individualizado pelo empregador na SPD, a rescisão do contrato será decidida pela CAIXA, a partir da avaliação quanto ao perfil histórico de regularização dos recolhimentos com essa mesma pendência, realizados anteriormente pelo empregador.

**Parágrafo Segundo** - Também pode ensejar a rescisão deste acordo a ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado de dívida, previstos em lei, bem como o descumprimento de quaisquer das obrigações ora avençadas, tornando-se vencida a dívida integral e imediatamente, com todas as consequências de direito decorrentes, mencionadas nesta Cláusula.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - O DEVEDOR se declara, também, ciente de que o parcelamento ora concedido restringe-se às obrigações para com o FGTS, no que estiver acordado no presente termo, não tendo, em hipótese alguma, reflexo na obrigação de se prestar informações à Previdência Social, na forma da Lei e suas regulamentações, inclusive quanto às competências já recolhidas, independentemente da forma que tenham sido realizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - A emissão do Certificado de Regularidade do FGTS não será impactada por este acordo de parcelamento se com a 1ª parcela paga, em situação de adimplência em relação às parcelas vencidas e com a respectiva individualização dos valores nas contas dos trabalhadores ou com a apresentação da documentação comprobatória da impossibilidade de individualizar os valores objeto do acordo e a prova da publicação de Edital de convocação dos trabalhadores em jornal local de grande circulação na UF de localização do estabelecimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - Fica entendido que eventuais tolerâncias por parte da CAIXA quanto à inobservância de disposições constantes deste ajuste, não constituirão hipótese de novação ou alteração tácita do contrato, o qual só poderá ser modificado por escrito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - Fica eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal, com jurisdição sobre esta localidade, para dirimir dúvidas sobre questionamentos oriundos desse ajuste.

E, por estarem assim, justos e acordados, o DEVEDOR e a CAIXA, firmam este instrumento em 2 vias de igual teor, com as testemunhas abaixo indicadas.

CABO DE SANTO AGOSTINHO, 30 de Dezembro de 2013

Local/Data

*Tereza de Jesus Sales Lira e Silva*  
TEREZA DE JESUS SALES LIRA E SILVA  
Diretora

*Jefferson Douglas Albuquerque da Silva*  
JEFFERSON DOUGLAS ALBUQUERQUE DA SILVA  
Gerente da Agência CABO/PE

*Katia Maria de Souza*  
KATIA MARIA DE SOUZA  
Tesoureira

Testemunhas

Nome: *Emerson Tenório Alves*  
RG: 4236283  
CPF: 869.940.004-18  
Endereço:

Nome: *Sandrine Maria da Silva*  
RG: 8.058.049  
CPF: 082.854.844-90  
Endereço:

CAIXA Cidadão: 0800 726 0207 / (15) 3521-0393 - Benefícios Sociais, Seguro Desemprego, FGTS, Cartão Social, Resultado de

Para pessoas com deficiência

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Selo de Autenticidade e Fiscalização

FIRMA 2

ACN083792

**1º Primeiro Serviço Notarial e Registral**

*Ildefonso Torres de Sá*  
TITULAR

Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 168 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de São Agostinho / PE - Fone: (81) 3521-0393 - Fax: (81) 3521-0333

Reconhecido e assinado por: *Tereza de Jesus Sales Lira*

E SILVA, KATIA MARIA DE SOUZA, do(a) fô.

CABO DE SANTO AGOSTINHO, PE, em 30 de dezembro de 2013.

Op.: 2

ILDEFONSO TORRES DE SÁ - NOTÁRIO

Em cumprimento ao art. 1.º - LBR nº 1.24 - de 11.07.02